

DOS ESPAÇOS ESQUECIDOS DO PLANEJAMENTO URBANO: MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ

Autor(01): Aline Galinari Santoro

Filiação institucional: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

E-mail: alineg.santoro@gmail.com

Autor(02): Paulo Nascimento Neto

Filiação institucional: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

E-mail: paulo.neto@pucpr.br

RESUMO

As cidades constituem-se como centros de controle e poder do território, podendo ser consideradas a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território. Conforme as estimativas populacionais para o ano de 2019, no universo dos 5.570 municípios brasileiros, 68,3% deles possui menos de 20 mil habitantes. Destaca-se a expressividade numérica de tais municípios, lançando-se luz sobre uma realidade pouco estudado em relação à gestão e planejamento urbanos. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de agrupamento dos municípios, tendo como amostra de estudo o conjunto de municípios de pequeno porte do estado do Paraná. Os resultados apontam para um conjunto significativamente heterogêneo, para o qual percebe-se também a manifestação territorial de dinâmicas divergentes.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Municípios de pequeno porte; Análise de agrupamento.

GT – 01: “Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas”

INTRODUÇÃO

As cidades constituem-se como centros de controle e poder do território, podendo ser consideradas a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território (BRASIL, 2008). Sua capacidade de articulação depende, sobretudo, da sua escala, da natureza da sua base produtiva, de sua localização e da infraestrutura de transporte que ela desfruta (SCHERER; AMARAL, 2020). Tais características devem ser compreendidas à luz da

pluralidade que tais formas urbanas podem assumir (WATSON, 2016; SCHINDLER, 2017), articulando-se à Nova Agenda Urbana e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, particularmente ao ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Impõe-se, pois, a necessidade de compreender os diferentes papéis exercidos por municípios de distantes características, tendo em vista os fenômenos recentes de desmetropolização e crescimento acelerado do que se convencionou denominar de “cidades médias” (SCHERER, AMARAL, 2020). Tais municípios, conjuntamente àqueles de pequeno porte, mostram-se relevantes para compreender especificidades regionais no Brasil, ainda que os estudos urbanos concedam menor atenção a eles. Ao cumprirem funções de intermediação entre os grandes núcleos urbanos metropolitanos e o meio rural, estes municípios têm destacado papel de balanceamento da rede urbana.

Devido ao tamanho continental e concentração de recursos e pessoas, o Brasil apresenta uma ampla diversidade quanto ao porte dos seus municípios, que se reflete nos desafios do planejamento urbano, na gestão e ordenamento de territórios tão heterogêneos (MEDEIROS; GONÇALVES, 2021). Conforme as estimativas populacionais para o ano de 2019 (IBGE, 2019), no universo dos 5.570 municípios brasileiros, 68,3% deles possui menos de 20 mil habitantes (3.805), seguidos de 30,8% entre 20 mil e 500 mil habitantes (1.718) e apenas 0,9% com população superior a 500 mil habitantes (47). Destaca-se a expressividade numérica dos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes), lançando-se luz sobre uma realidade pouco estudado em relação à gestão e planejamento urbanos, aspectos fundamentais para a gestão territorial local (MEDEIROS, GONÇALVES, 2021). Desse modo, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer de uma parte da realidade urbana” (ENDLICH, 2006), sendo fundamental reconhecer sua importância no contexto nacional.

Conforme Santos (1979), uma cidade local corresponde à “aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Neste sentido, o processo de urbanização brasileira, a partir da segunda metade do século XX, aprofundou as desigualdades sociais nos espaços urbanos não metropolitanos em função das ações de planejamento empreendidas no país, aliando a redivisão territorial do trabalho com a falta de investimentos em infraestrutura, serviços e de políticas urbanísticas (VIEIRA, 2011).

Ao se considerar os marcos normativos nacionais destinados ao planejamento urbano, notadamente a partir do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), verifica-se um claro privilegiamento legislativo para as metrópoles, expresso pela natureza dos instrumentos e pelo formato do sistema de gestão concebido. A opção por estabelecer o limite de 20 mil habitantes como patamar mínimo de exigência para o desenvolvimento do Plano Diretor Municipal coloca os municípios abaixo deste valor de referência em um limbo institucional, esperando-se um “encaixe forçado” à modelos distantes de sua realidade.

A circulação de tais ideias no campo do planejamento urbano conforma uma “cultura de prática” (HEALEY, 2010), compartilhada entre experts, ativistas, gestores públicos e lobistas. Tendo o espaço urbano como *locus* de atuação, conceitos e formas de fazer as coisas, vagamente associadas, são combinadas sem pressupostos explicitamente indicados (HEALEY, 2010), por vezes se mostrando irrelevantes para os problemas enfrentados nos contextos nos quais são enxertados (ROY, 2010; WATSON, 2009). Neste contexto, há agendas investigativas que antecedem a própria discussão dos modelos de planejamento. Afinal, como abordar este conjunto amplo e diverso de 3.805 municípios de pequeno porte, muitos dos quais marcados pela presença de mananciais de abastecimento hídrico, reservas de proteção natural, comunidades tradicionais e atividades de suporte à atividade agrícola?

Em um cenário no qual pouco se sabe, torna-se essencial a caracterização deste objeto de pesquisa, investigando as tendências de composição do universo de municípios de pequeno porte brasileiros. Trata-se, pois, de classificar o significativo volume de municípios em grupos menores, com indicadores minimamente comuns, antes de compreender idiosincrasias a partir de estudos de caso dirigidos. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de agrupamento dos municípios, tendo como amostra de estudo o conjunto de municípios de pequeno porte do estado do Paraná, com vistas a delimitar um grupo mais restrito, mas ainda representativo do contexto estudado. Com isso, o artigo contribui com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos de pesquisas futuras.

O artigo está dividido em cinco partes, a primeira delas, apresenta-se uma contextualização sobre a cidade como elemento chave e suas transformações urbanas, e em seguida, a concepção de pequenas cidades em um contexto global que orienta o entendimento

no âmbito nacional, para assim, debater sobre as cidades de pequeno porte como elemento de articulação e transformação local. No segundo tópico, são apresentados o contexto e conceitos sobre cidades de pequeno porte, por meio da análise de pensamentos científicos sobre o tema. Na terceira parte, é apresentada a metodologia de análise de agrupamento dos municípios de pequeno porte brasileiros e sua compreensão segundo as principais características, utilizando uma abordagem exploratória a partir de técnica de análise estatística multivariada. No quarto ponto, os resultados e discussões contribuem com a compreensão da distribuição espacial do cenário urbano brasileiro. Nas considerações finais, o artigo reflete sobre as maneiras pelas quais a análise utilizada pode contribuir, reconhecendo a existência de uma parcela relevante de pessoas que residem nas cidades de pequeno porte que são, geralmente, esquecidas na formulação e implementação de políticas públicas. O artigo estabelece um marco importante para a ampliação de condições teóricas relevantes ao aprofundamento da compreensão da urbanização brasileira.

PEQUENAS CIDADES

A pesquisa internacional de sistemas urbanos, especialmente, tem priorizado mudanças nas grandes cidades e metrópoles, considerando suas posições hierárquicas nos sistemas urbanos nacionais e globais e sobre as mudanças nas relações mútuas entre as cidades (TAYLOR; DERUDDER; FAULCONBRIDGE; HOYLER; NI, 2014). Em contraste, *as small and medium-sized cities* (SMSCs), que não são consideradas aglomerações, nem áreas metropolitanas, nem localizadas em áreas rurais remotas, têm sido amplamente ignoradas nas pesquisas (ATKINSON, 2019), embora uma proporção considerável da população europeia viva nessas cidades (MUNTER; OSTERHAGE, 2018). Somente nos últimos anos a atividade de publicação e pesquisas sobre SMSCs começou a acelerar, um fenômeno observável principalmente na literatura alemã e anglo-saxônica, mas ainda não emergiu como uma linha de pesquisa individual (ADAM; BLATGEN, 2019).

As cidades pequenas têm delimitações populacionais diversas – são definidas pela Organização das Nações Unidas como aglomerações urbanas com uma população que varia de 20.000 a 500.000; pelas Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG) são entendidas como variando de alguns milhares a 50.000, e pela União Europeia como cidades com população

entre 5.000 e 10.000. Na pesquisa e na política, as pequenas cidades, portanto, referem-se a uma ampla gama de localizações urbanas (TACOLI, 2006; 2017). De fato, o conceito de cidade é muito amplo e pode ter múltiplas interpretações, uma vez que cada autor defende a sua corrente de pensamento. Assim sendo, a cidade é compreendida por possuir sua dinâmica territorial particular, desempenhando tarefas distintas.

Melo (2008) é enfático ao abordar as múltiplas dificuldades de abordagem da temática das pequenas cidades. Contudo, as cidades constituem a forma por excelência da ocupação urbana no território e se apresentam de forma diversas: cada uma com sua história; sua própria identidade, marcada por diferenças e semelhanças em relação a outra cidade; existem as pessoas que lá moram; etc. mesmo assim todas têm em comum uma característica: em seu território, ocupados por edificações, vários terrenos e vias de circulação (SPOSITO, 1994). Portanto, “aceitar um número mínimo para caracterizar diferentes tipos de cidades é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos” (SANTOS, 1982). Além disso, a caracterização de uma cidade, inclusive como pequena, está associada à sua inserção em uma determinada área, região ou rede urbana. Isso se deve ao fato delas se definirem a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana. (CORRÊA, 1994).

Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades brasileiras. A primeira se trata daquelas inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população. A segunda situação se refere às pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e são marcadas por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos; as rendas delas são procedentes das transferências, sobretudo do Estado. A terceira diz respeito àquelas pequenas cidades que se inserem em um contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas, industriais, com festividades religiosas, manifestações culturais e feiras. Por fim, existem as pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos. Tal classificação tipológica tem por origem uma análise abrangente qualitativa, apontando para lentes analíticas possíveis. Neste trabalho busca-se avançar nesta frente,

constituindo tipologias a partir das características intrínsecas dos próprios municípios, em um caminho indutivo de abstração teórica.

METODOLOGIA

Diante do objetivo de realizar uma análise de agrupamento dos municípios de pequeno porte brasileiros e compreendê-los segundo suas principais características, a pesquisa parte de uma abordagem exploratória com desenho metodológico quantitativo. Adota-se técnica de análise estatística multivariada. Para tanto, a primeira etapa envolveu a definição das variáveis de interesse, de acordo com o suporte teórico da pesquisa. Alinhado ao foco da segmentação (questões afetas ao planejamento urbano) e à disponibilidade de dados para todo o universo pesquisado, foram estabelecidas como variáveis: área territorial (em km²), grau de urbanização (%), população urbana (hab.), população rural (hab.), PIB per capita (R\$ / hab.), densidade demográfica (hab./km²), percentual da população atendida por rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água (%), índice de Gini, rendimento médio familiar (em salários-mínimos) e Índice de Desenvolvimento Humano.

As variáveis foram coletadas nos repositórios online de dados municipais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), consolidando-se assim a base de dados da pesquisa. Estes dados passaram por procedimento de padronização dimensional e checagem de valores faltantes. A aplicação da técnica de clusterização foi desenvolvida no software R, a partir do qual foram obtidos agrupamentos, posteriormente descritos a partir de medidas de estatística descritiva de cada variável. Ao final, chega-se ao a proposição de grupos tipológicos, reunidos segundo determinadas características.

A etapa seguinte envolveu a plotagem dos resultados no território do estado, com vistas a compreender padrões espaciais de aglomeração ou isolamento. Para tanto, a base de dados e a informação de agrupamento foram conectados à base georreferenciada de municípios disponibilizada pelo IBGE. Utilizou-se para este fim o software livre de geoprocessamento QGIS v. 3.18, complementado com inserções manuais decorrentes de análises interpretativas dos padrões identificados. Por fim, os resultados também foram investigados a partir de suas

relações entre pares (e.g., urbanização e renda), a partir dos quais traz-se neste artigo os elementos mais relevantes de debate.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O urbano brasileiro possui um conjunto de diferentes classificações de cidades, até mesmo os municípios de pequeno porte. Apesar das distinções em termos operacionais, a busca por uma caracterização, ainda que parcial e não definitiva, contribui com a compreensão da distribuição espacial do cenário urbano brasileiro.

O Brasil possui mais de 5.570 municípios, grande parte conformada por pequenos centros urbanos, revelando uma realidade multifacetada (IBGE, 2017). Particularmente para o escopo deste trabalho, observa-se a mesma. A realidade no Estado do Paraná, no universo de 399 municípios, aproximadamente 80% deles (312 municípios), possuem no máximo, vinte mil habitantes (Figura 1). Tal grupo mostra-se heterogêneo – 98 municípios possuem um total de até cinco mil habitantes (31,4%), 105 municípios contêm entre cinco e dez mil habitantes (33,6%) e por fim, 109 municípios entre dez e vinte mil habitantes (35%). Destaca-se ainda a dispersão significativa entre 10.000 e 20.000 habitantes, relevando que, ao considerarmos os 312 municípios com população inferior à 20 mil habitantes, na realidade temos 75% com menos de 11.500 habitantes.

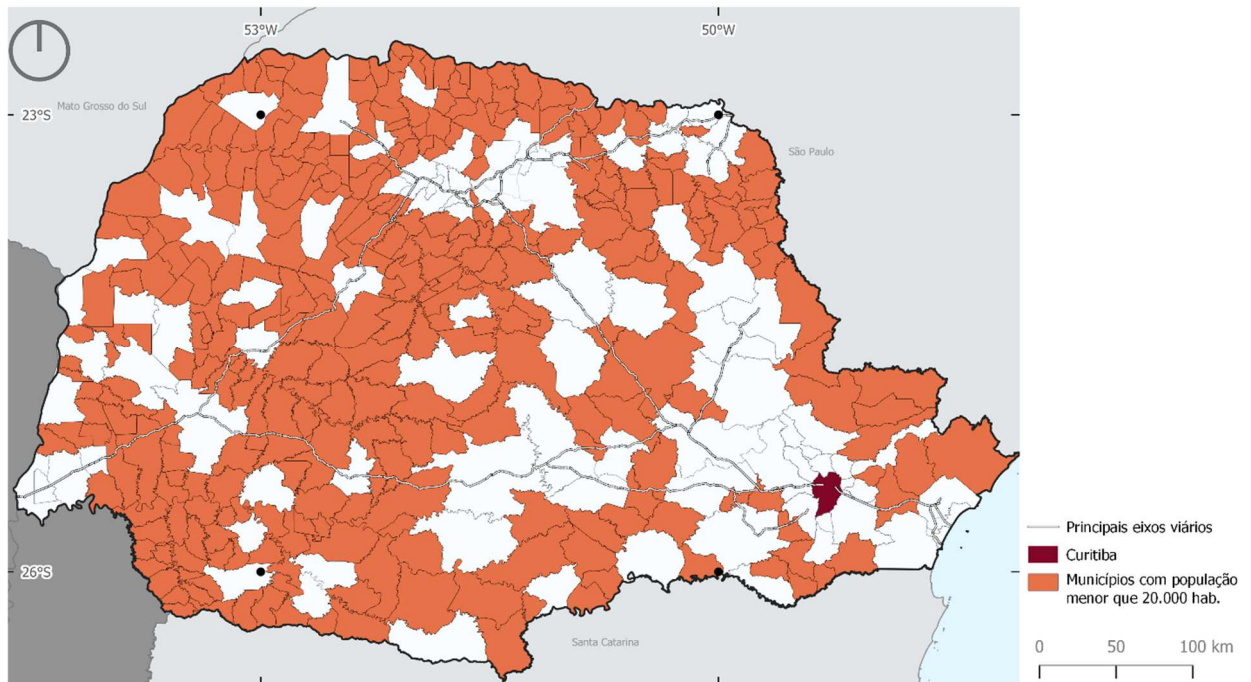


Figura 1: Mapa do Paraná com a identificação dos 312 municípios de até 20 mil habitantes
Fonte: elaboração própria.

Para sua caracterização forma articuladas uma série de indicadores socioeconômicos tradicionais, quais sejam: população total, população urbana, área territorial, densidade demográfica, PIB per capita, Renda média, IDHM, Grau de Urbanização e índice de Gini. Considerando as variáveis de interesse da pesquisa, os 312 municípios foram agrupados a partir da análise de conglomerados por meio de k-means, uma técnica multivariada exploratória e não hierárquica amplamente utilizada para o estudo de “comportamentos semelhantes [...] e eventual existência de clusters homogêneos” (FÁVARO, BELFIORE, 2017). Tal método mostra pertinente frente a carência de pesquisas sobre o assunto, anunciando um caráter exploratório à pesquisa, avançando sobre fronteira pouco abordada das pesquisas no campo dos estudos urbanos.

Para a determinação do número de agrupamentos, adotou-se o método Elbow, analisando-se a redução da variância dos dados dentro de cada grupo a medida em que se aumenta o número de clusters. A escolha deve ponderar os ganhos resultantes da maior diferenciação entre os grupos e o grau de homogeneização intragrupo. A figura abaixo apresenta a curva resultante da soma dos quadrados totais de acordo o respectivo número de cluster, na qual percebe-se uma redução substancial de ganho com três grupos.

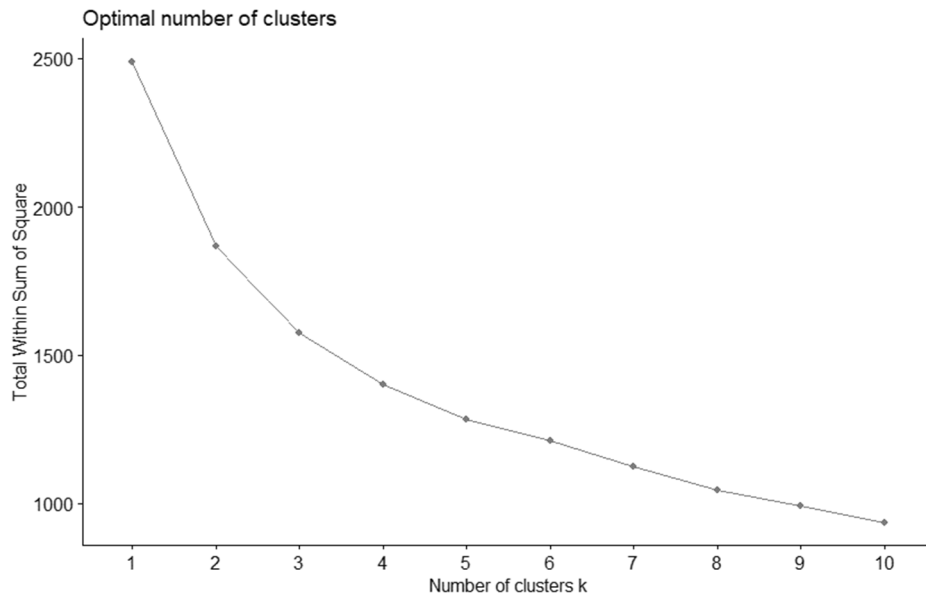


Figura 2: Curva resultante da soma dos quadrados totais

Fonte: elaboração própria.

Propõe-se, assim, a categorização dos municípios de pequeno porte em três grandes grupos, ilustrados na figura 3. O **Grupo 1**, com 84 municípios se destaca por reunir municípios com maior contingente populacional, elevada taxa de urbanização, um Produto Interno Bruto per capita quase duas vezes maior que os demais, além de densidade demográfica e renda também significativamente superior. No contexto desta pesquisa, trata-se de um cluster com características notadamente mais urbanas e, portanto, menos distantes da discussão e instrumentos de planejamento urbano instituídos no país. Neste artigo, este grupo denominar-se-á de **municípios de pequeno porte**, relacionando-se à noção coletivamente compartilhada do que usualmente se imagina caracterizar tal categoria.

Por sua vez, o **Grupo 2**, com 76 municípios, caracteriza-se pelos mais baixos patamares de renda, densidade, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e Produto Interno Bruto per capita. Destaque particular para os valores sensivelmente inferiores de densidade demográfica e taxa de urbanização média, ainda que com população total por município significativa. Trata-se de um grupo mais rural, com população dispersa em áreas territoriais maiores, aliada à menores patamares em termos de indicadores tradicionais de desenvolvimento humano. Neste artigo, este grupo denominar-se-á de **pequenas cidades rurais**, buscando sintetizar as características acima descritas.

Por fim, o **Grupo 3**, com 152 municípios aproxima-se ao primeiro grupo em taxas de urbanização, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e densidade demográfica, mas com população sensivelmente inferior, bem como Produto Interno Bruto per capita. Assim, pode-se perceber o delineamento de um conjunto de municípios com características urbanas, mas de porte sensivelmente menor e, por consequência, com menor produção de riqueza bruta. Neste artigo, este grupo denominar-se-á de **municípios de diminuto porte**, buscando sintetizar as características acima descritas.

Cluster	Número de municípios	Área territorial	População Total	PIB per capita	Taxa de Urbanização	População Urbana	Renda média	IDHM	Índice de Gini	Densidade demográfica
1	84	396,42	11573,62	43259,36	70,28	8329,96	690,20	0,72	0,48	36,32
2	76	724,47	9475,05	24757,05	42,38	4219,55	442,88	0,65	0,51	15,57
3	152	253,20	5756,85	27619,20	71,41	4241,14	557,36	0,70	0,43	24,54

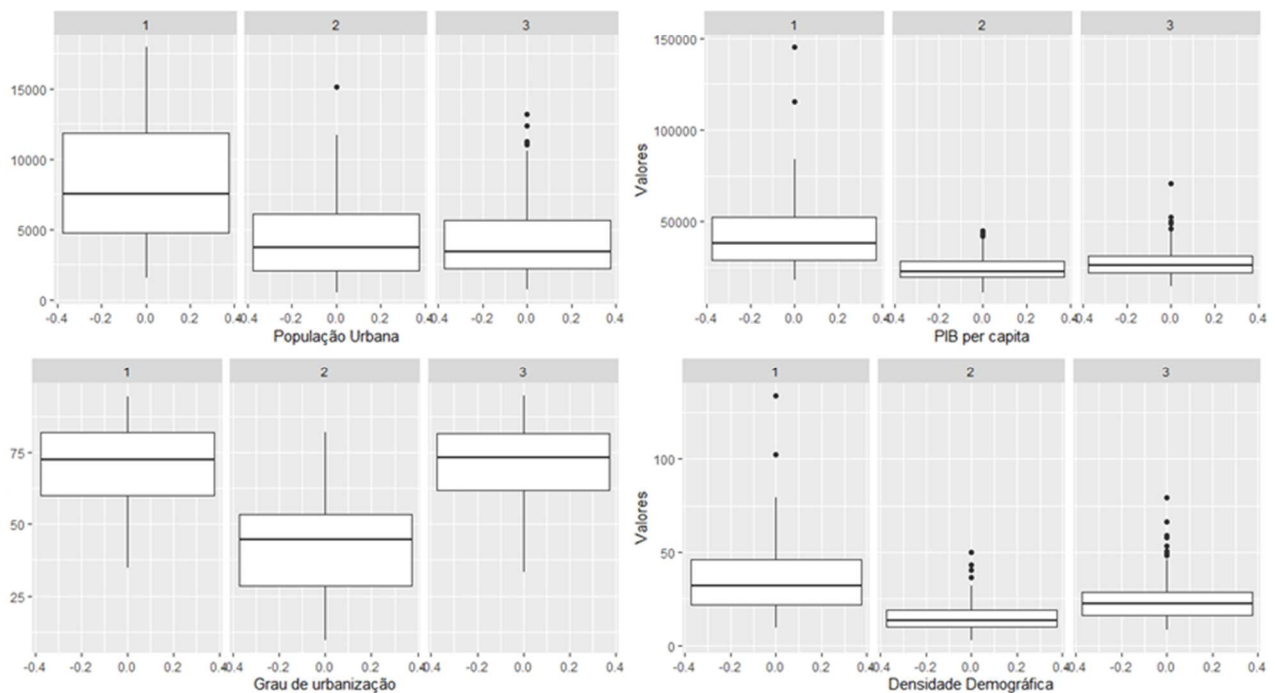


Figura 3: Indicadores sociodemográficos segundo agrupamentos propostos

Fonte: elaboração própria.

As características dos agrupamentos propostos devem também ser compreendidos desde sua manifestação territorial, revelando padrões de concentração ou dispersão espacial.

Conforme pode ser visualizado na figura 4, a espacialização dos municípios expressa três compartimentos com predomínios tipológicos, segundo grupos propostos. Tal tendência de concentração espacial aponta inicialmente para a presença majoritárias de **pequenas cidades rurais** no compartimento central e leste do estado, sugerindo baixo protagonismo frente à Curitiba, metrópole nacional e capital do Paraná e Ponta Grossa que, juntas, concentram parte significativa do Valor Adicional Fiscal Industrial do estado. Na porção noroeste, tem-se um predomínio de municípios de pequeníssimo porte, mas com taxas de urbanização e índice de desenvolvimento humano próximos ao grupo de melhores indicadores socioeconômicos, no que se denominou de **municípios de diminuto porte**. Finalmente, verifica-se a concentração dos **municípios de pequeno porte** na porção sudoeste do estado, espacialidade marcada pela cultura de soja e pela suinocultura, com representatividade nacional. Este conjunto de municípios tem população urbana média e PIB per capita equivalente ao dobro dos demais agrupamentos, além de maior densidade demográfica e população total.

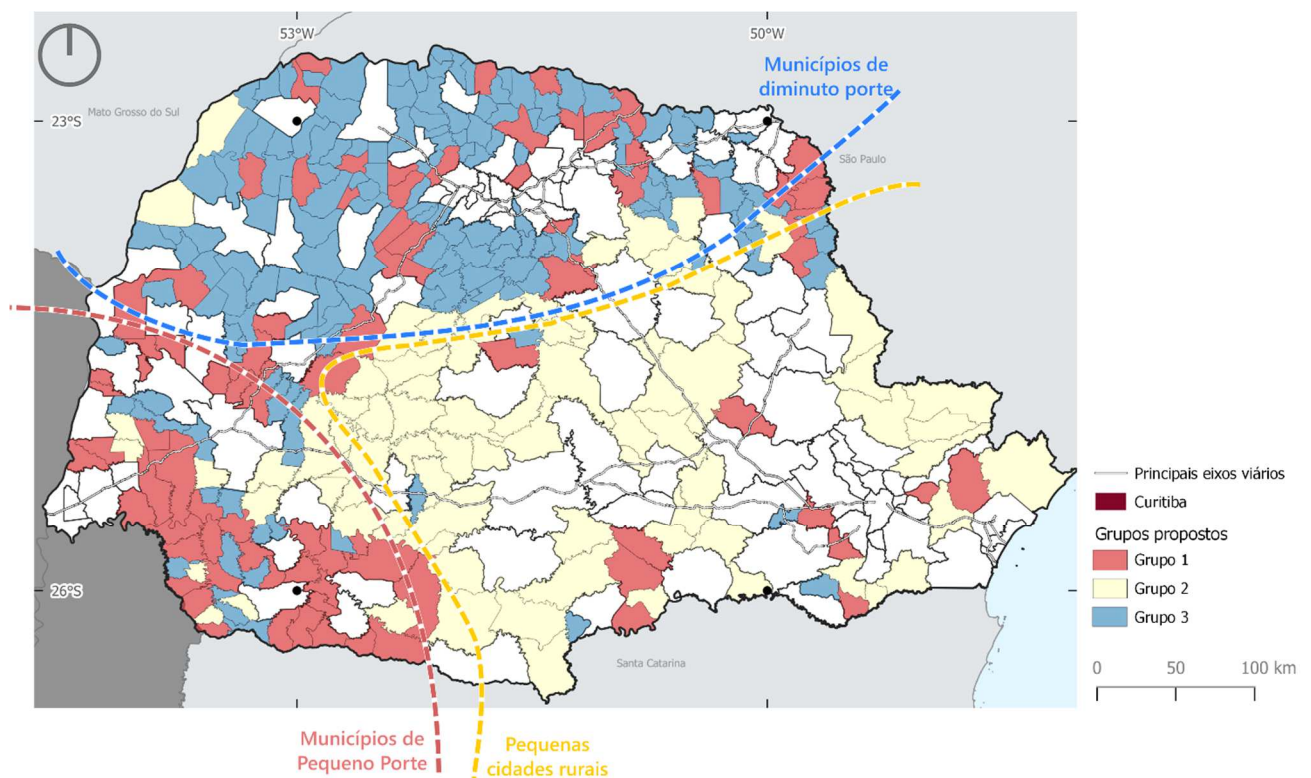


Figura 4: Resultado da distribuição territorial por grupos
 Fonte: elaboração própria.

A análise de agrupamentos e seu cruzamento com as variáveis de interesse fomentam uma discussão informada sobre os municípios de pequeno porte, reconhecendo suas

heterogeneidades e idiosincrasias. Trata-se de passo inicial, mas fundamental, desta agenda pesquisa. A título de exemplo, a figura 5 apresenta o gráfico de dispersão no qual estão representados a Renda Média familiar em salários-mínimos, no eixo vertical, o Grau de Urbanização, no eixo horizontal, e os agrupamentos a partir da forma e coloração dos pontos. Cada um dos pontos refere-se à um dos 312 municípios pertencentes à amostra de pesquisa.

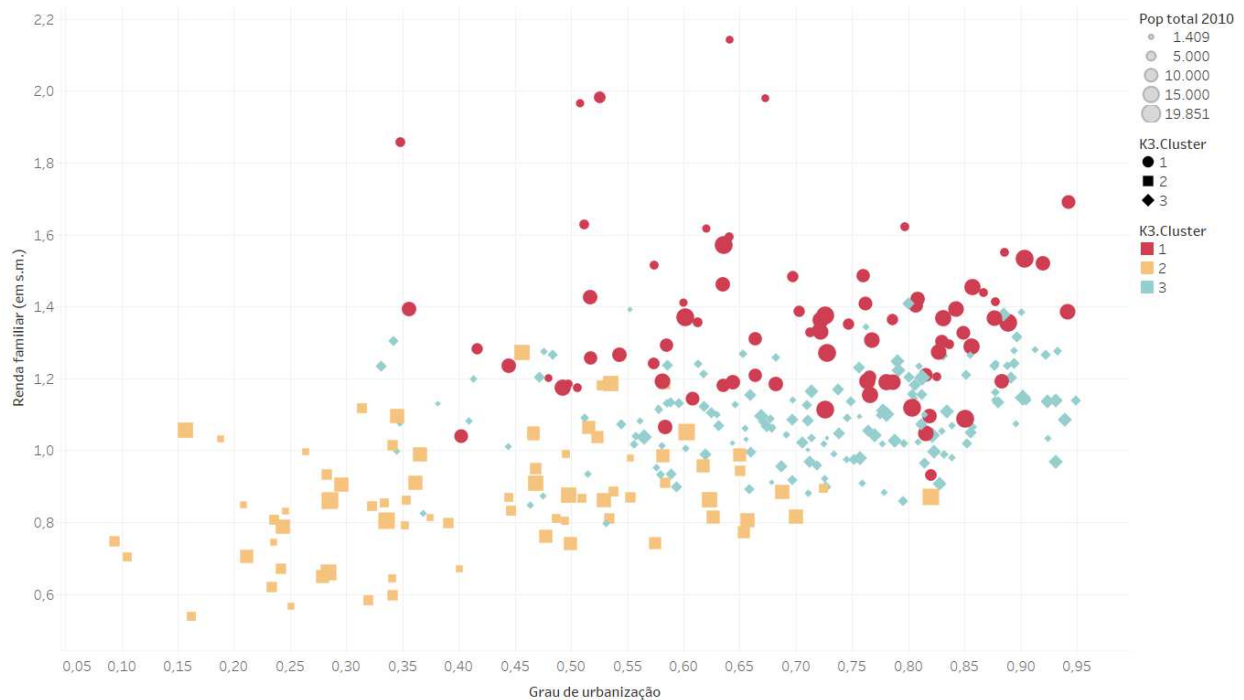


Figura 5: Grau de Urbanização e renda média em salários-mínimos segundo agrupamento e porte populacional.

Fonte: elaboração própria.

As características previamente descritas podem ser visualizadas de forma mais clara no gráfico acima, evidenciando o protagonismo dos municípios do grupo 1 no conjunto de municípios de pequeno porte. Trata-se, de fato, daqueles com maior renda familiar, maior grau de urbanização, além de maior população total e urbana. Na sequência, observa-se o papel do que chamamos no artigo de *pequenas cidades rurais*, com menor grau de urbanização, menor renda familiar, mas porte populacional intermediário (considerando tratar-se aqui exclusivamente de municípios com população inferior à 20 mil habitantes). Por fim, o grupo 3 manifesta o que denominamos de *municípios de diminuto porte*, reunindo àqueles com menor população, mas que, ao mesmo tempo, possuem graus de urbanização mais elevados, além de renda familiar mediana para o contexto analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento presente, embora se tenha propagado pesquisas acadêmicas e inquietações acerca da realidade dos municípios de pequeno porte, ainda é preciso ampliar o debate teórico e empírico sobre essas localidades, ainda que exista uma ampla parcela, diversidade e complexidade dessas pequenas cidades no território nacional. Além disso, essas preocupações precisam ser discutidas no âmbito científico, e compreendendo o urbano brasileiro em sua totalidade, inserindo os municípios de pequeno porte a partir de suas próprias realidades na rede urbana. Este artigo teve por objetivo investigar de forma exploratória as configurações dos municípios de pequeno porte no estado do Paraná por meio de análise de agrupamento dos municípios, operacionalizada a partir de técnicas de análise estatística multivariada. O intuito é propor novos questionamentos e contribuir com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos para pesquisas futuras e estudos sobre o tema.

Considerando os 399 municípios totais do Paraná, 312 municípios são caracterizados como municípios de pequeno porte, ou seja 78% possuem no máximo 20 mil habitantes, e dentre esses 312 municípios, 75% com menos de 11.500 habitantes. Efetivamente, pode-se entender no presente artigo, que a realidade urbana do Paraná é composta por mais de 70% de cidades pequenas. Portanto, o olhar para os municípios de pequeno porte deve ser destacado no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e até suas adversidades, reconhecendo a existência de uma parcela relevante de pessoas que residem nesses espaços que são, geralmente, preteridos pelas políticas públicas. É preciso conhecer a realidade desses locais, os seus principais problemas, as suas particularidades e qualidades, as relações e os papéis na rede urbana, entre outros fatores, para poder avançar acerca da conceituação da temática e na teorização do urbano brasileiro.

Acredita-se que a tomada de conhecimento sobre essas realidades socioespaciais, distintas daquelas dos médios e grandes portes, pode se constituir em um ponto chave para a ampliação das condições teóricas fundamentais ao aprofundamento do entendimento da urbanização brasileira.

REFERÊNCIAS

ADAM, B.; BLATGAN, N. *Bevölkerungsdynamik und Innenentwicklung in Mittelstädten; BBSR-Analysen Kompakt 10/2019*; BBSR: Bonn, Germany, 2019.

ATKINSON, R. **The Small Towns Conundrum: What do we do About Them?** Reg. Stat. 2019, 9, 1–17.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná** (Tese doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017.

HEALEY, P. The transnational flow of knowledge and expertise in the planning field. In: HEALEY, P. e UPTON, R. (Ed.). **Crossing borders: international exchange and planning practices**. London: Routledge, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). **Perfil dos municípios brasileiros: 2018**, IBGE, Rio de Janeiro, RJ.

MEDEIROS, S.; Gonçalves, L. (2021, 9 de abril). Instrumentos urbanísticos nos municípios paulistas de pequeno porte. In **9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, SP.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. p.527.

MÜNTER, A.; OSTERHAGE, F. *Trend Urbanisierung? Analyse der Binnenwanderung in Deutschland 2006 bis 2015; Studie für die Bertelsmann-Stiftung: Gütersloh, Germany*, 2018.

ROY, A. The politics of knowledge in the new global order of development. In: HEALEY, P. e UPTON, R. (Ed.). **Crossing borders: international exchange and planning practices**. London: Routledge, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. (2020). O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais** (Vol.22, E202001).

SCHINDLER, S. (2017). *Towards a paradigm of Southern urbanism*. **City**. (Vol.21, pp. 47-64).

SPÓSITO, E. S. **A vida nas cidades: Repensando a geografia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 92.

TACOLI, C. *The Earthscan Reader in Rural-Urban Linkages; Earthscan: London, UK*, 2006; ISBN 1-84407-316-5.

TACOLI, C. *Urbanisation, Rural Transformation and Food Systems: The Role of Small Towns; Working Paper: Rural-Urban Transformation and Food Systems; IIED: London, UK*, 2017.

TAYLOR, P.J.; DERUDDER, B.; FAULCONBRIDGE J.; HOYLER, M.; NI, P. *Advances Producer Service Firms as Strategic Networks, Global Cities as Strategic Places*. **Econ. Geogr.** **2014**, 90, 267–291.

VIEIRA, A. B. Cidades Médias: Uma abordagem a partir da dimensão política da leitura econômica. **Caminhos de Geografia**, V. 12, n. 40, P. 181-188, 2011.

WATSON, V. (2016). *Locating planning in the New Urban Agenda of the urban sustainable development goal*. **Plan. Theory** (Vol.15, pp. 435-448).

WATSON, V. Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues. **Urban Studies**, 46, n. 11, p. 2259-2275, 2009.